

REQUERIMENTO Nº 53/2004
(Sr. **MÁRIO HERINGER**)

Requer a realização de audiência pública para debater "**A democratização do ensino superior pelo sistema de cotas**".

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater "**A democratização do ensino superior pelo sistema de cotas**".

Justificativa

O Brasil, ainda com muita resistência, abre-se para grande debate sobre o direito dos afrodescendentes à reparação. Infelizmente, foram preciso passar mais de 150 anos para que a nação e o Estado reconhecessem que os negros são as maiores vítimas do preconceito e discriminação racial.

A discussão sobre políticas afirmativas ganha espaço na agenda política na medida em que cresce o grau de consciência histórica dos movimentos negros no País. Aos poucos a comunidade descobre que o estado brasileiro teve um papel fundamental no seu processo de escravização e de exclusão social.

Diversas leis, desde o Império ao sistema Republicano, voltaram-se contra a comunidade afrodescendente, negando-lhe o direito de ser cidadão e ter dignidade humana. O estado brasileiro explicitamente privou a comunidade de ter acesso à terra, à moradia e à educação. As políticas públicas de desenvolvimento humano e econômico, patrocinadas pelo o Estado, sempre privilegiou e protegeu grupos étnicos, oriundos da Europa, a pretexto do malfadado projeto de modernização do País, seguindo-se à imagem e semelhança do ideal civilizatório Eurocêntrico.

Vários projetos governamentais adotaram a mesma essência implícita no sistema de cota e políticas afirmativas, ou seja: protecionismo para setores específicos. Indubitavelmente, o País tem longa tradição de políticas públicas direcionadas à setores específicos. Inúmeros e generosos subsídios, incentivos fiscais, concessão de terras, perdão tributário, filantropia sempre fizeram parte da cultura do estado brasileiro.

Dessa forma o debate sobre a democratização do sistema superior, a partir do enfoque racial, tornou-se imprescindível para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, já que no nosso entendimento a tese da implementação de Estado democrático de Direito, conforme preconizado nos tempos modernos, só terá o seu devido efeito e sua legitimidade se for considerado a questão sobre a reparação étnica.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2004

Deputado **MÁRIO HERINGER - PDT/MG**